

-----**ATA N.º 31/2013**-----

-----Aos 27 dias do mês de novembro de 2013, pelas 10 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Apresentaram justificação de falta à reunião do dia 20/11/2013: -----

-----O Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, por se encontrar em representação do município; -----

-----O Senhor Vereador José Luís Cabral e a Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, por motivos de representação do município. -----

-----**O Executivo considerou as faltas justificadas.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6/11/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 28, da reunião ordinária do Executivo de 6/11/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas do Município, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante à reunião.-----

-----De seguida, propôs que a próxima reunião de Câmara seja alterada de 4/12, para 11/12, tendo a mesma sido aprovada por todos os presentes.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** pretendeu saber qual o ponto da situação dos protocolos a celebrar entre o Agrupamento e o Município, bem como, se a autarquia já encetou alguns procedimentos relativamente à situação da comunidade cigana, nomeadamente no que diz respeito ao lixo acumulado e à construção ilegal em terrenos da Câmara.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** no que diz respeito aos protocolos, esclareceu que relativamente ao protocolo dos transportes, a autarquia nada tem a opor e que já solicitou que fosse elaborado, quanto ao dos consumíveis terá que ser objeto de uma reunião entre as partes, para acordarem alguns pormenores.-----

-----Sobre a comunidade de etnia cigana informou que já tinha chamado o Comandante e dado conhecimento da situação ao SEPNA, que ficaram de tomar providências. Caso não façam nada irá comunicar oficialmente a situação.-----

-----Disse que o terreno onde a comunidade se instalou não é da Câmara Municipal, mas sim de um particular, que já encetou uma ação em tribunal. A Câmara Municipal não pode intervir, nem tem qualquer responsabilidade nesta situação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que uma das competências da Câmara Municipal é o licenciamento e perante uma situação ilegal deve usar a sua autoridade e atuar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que na altura em que foi feita a primeira construção, o Executivo de então, deveria ter atuado, para que a situação não se repetisse, o que não aconteceu e acabou por se transformar no problema, que hoje está aos olhos de todos. -----

-----Atualmente, nada se pode fazer, porque os licenciamentos já prescreveram e o terreno não é camarário. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** informou que, de facto o prazo para o licenciamento já prescreveu, com a exceção da última construção, tendo já sido solicitado ao fiscal municipal que faça o levantamento da situação. -----

-----Informou ainda, que de facto as demolições vão acontecer, o tribunal deu um prazo de dois anos para retirar as construções, prazo que está a acabar. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que é lamentável a situação em que vivem estas pessoas, sem quaisquer condições de salubridade e dando uma má imagem do concelho e da vila de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que já foram feitas ações de sensibilização e alerta por parte da autarquia, para que, pelo menos,

mantivessem as condições de salubridade e efetuassem a limpeza regular do espaço. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que de facto esta é uma situação lamentável, sobre a qual a autarquia não pode intervir, porque as construções estão em terreno particular. -----

-----Disse que aquando da ação judicial, foi solicitado pelo Tribunal a cooperação da autarquia, que tentou junto do IRHU encontrar uma solução para estas famílias, uma vez que existia na altura um projeto que estava a ser trabalhado com elementos de etnia cigana. No entanto, o IRHU por questões financeiras acabou por abandonar projeto, deixando a autarquia sem qualquer alternativa, porque também não tem disponibilidade de tesouraria para avançar sozinha, para uma solução desta natureza.-----

-----O Executivo encetou ainda esforços e foi solicitado um levantamento das casas devolutas do concelho, mas, infelizmente os proprietários não aderiram a esta iniciativa.-----

-----Informou que já voltou a contatar o IRHU que informaram que para já não há qualquer projeto, mas que talvez em 2014 possa haver. -----

-----Por último disse que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade neste processo, têm consciência que é uma situação social delicada, mas isoladamente, não conseguem ajudar tantas famílias.--

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que o problema maior vai ser quando efetivamente demolirem as construções, mas, na sua opinião, a grande questão prende-se com as condições de habitabilidade desta comunidade, completamente inaceitáveis nos dias de hoje.-----

-----Conclui, dizendo que, a autarquia tem que pensar numa solução, atempadamente, de forma a evitar problemas maiores no futuro.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, submetendo para apreciação e aprovação as alterações propostas ao regimento da Câmara Municipal, nos termos do artigo 39.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante à reunião.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações propostas ao Regimento da Câmara Municipal.**-----

-----**2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos de Humanos, datada de 06/11/2013, com o registo interno n.º 3607, remetendo o relatório final do processo disciplinar, instaurado a duas funcionárias do Município, nos termos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, propondo a aplicação da pena de suspensão, nos termos da alínea d), do artigo 17.º, do Estatuto Disciplinar, ou sua a suspensão, de acordo com o pedido da defesa das trabalhadoras, considerando as circunstâncias atenuantes e arrendimento que se apuraram no decorrer do processo.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por fazer um sumário do relatório final do processo disciplinar instaurado às funcionárias Francelina Pereira Gomes Simões e Salete Ferreira Mimoso, por violação dos deveres gerais de zelo e correção que resultam na pena de suspensão, nos termos do artigo 17.º, do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (ED). -----

-----Informa que segundo a instrutora do processo deve o órgão executivo, deliberar se aplica a pena de suspensão ou se suspendem a aplicação da mesma, de acordo com o solicitado na defesa das trabalhadoras.-----

-----Mencionou que se tratou de uma situação muito grave, que resultou na hospitalização de uma criança que frequenta a sala da Creche, tendo o Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara solicitado a abertura de um inquérito de averiguações. -----

-----Após inquérito de averiguações concluiu-se que a funcionária Francelina Simões tinha deixado uma caixa com comprimidos na sala frequentada pela criança, que segundo as análises e consequente relatório médico, feito no Hospital Sousa Martins, para onde foi encaminhada, acusavam presença dos componentes dos ditos comprimidos.-----

-----Disse que as funcionárias em questão sempre foram profissionalmente irrepreensíveis, mas, nesta situação em concreto demonstraram uma clara violação do dever de zelo, uma vez que para além do relatado, não prestaram a devida assistência à criança, tendo somente alertado a encarregada de educação, aproximadamente quatro horas após o sucedido.-----

-----Conclui que o Executivo terá que tomar uma decisão quanto à pena a aplicar.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** começou por dizer que este é um assunto delicado, mas é da opinião que o procedimento disciplinar só se deve aplicar, quando já se esgotaram todas as ações passíveis de corrigir os comportamentos.-----

-----Disse que o facto de as duas funcionárias serem excelentes profissionais e de não estar claro de quem eram as competências para a abertura da porta e encaminhamento dos utentes, dirime em parte a culpa. Disse que não lhe parece correto que seja esta funcionária a abrir a porta.--

-----Referiu que há aqui um dever de zelo que não foi cumprido, mas o artigo do ED também diz que o Chefe máximo analisa periodicamente a situação e depois verifica se é passível de processo disciplinar. -----

-----Referiu que, no seu entender, a pena de suspensão é excessiva, porque as duas funcionárias são primárias e há um conjunto de atenuantes que abonam a favor das funcionárias, nomeadamente o facto de serem ótimas funcionárias, tal como foi referido pelo Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----Na sua opinião o Executivo deveria optar pela suspensão da suspensão, ou na pior das hipóteses uma repreensão escrita.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou que seja emitido um parecer jurídico para análise da aplicação da pena.-----

-----Na sua opinião este relatório peca pela ausência de forma e conteúdo. Primeiro existe um processo disciplinar, sem haver um processo de averiguações e, depois, resulta claro da leitura dos factos, que existem dois graus de responsabilidade distintos, para a mesma pena. É sugerido a aplicação da mesma pena quer para a funcionária responsável pela sala, quer para alguém que entrou depois do acontecido e que até sugeriu que contactassem o número de assistência das intoxicações e que tentou provocar o vómito à menor. -----

-----Na sua opinião não se pode concluir que o comportamento da funcionária Salete Mimoso seja passível de ser punido, pelo contrário, o comportamento que demonstrou é o correto nesta situação. -----

-----Continuou dizendo que, as primeiras pessoas que deveriam ter sido ouvidas eram os responsáveis pela instituição, estas funcionárias não são responsáveis. -----

-----Questionou se existe no Regulamento Interno da Instituição alguma norma interna que obrigue a comunicação de situações anómalas aos Responsáveis pela Instituição, se não existe deveria existir. -----

-----Solicitou cópia do Regulamento Interno da Creche. -----

-----Por último, disse discordar da pena proposta porque deveriam ter sido ouvidos os responsáveis da creche e porque considera desajustada a aplicação da mesma pena, para dois comportamentos distintos.-----

-----O Senhor Vereador **Manuel Portugal** disse que este processo de averiguações por parte da instituição peca por defeito, porque nem todos os intervenientes foram ouvidos e não ficou claro de quem era a competência para abrir a porta. -----

-----Reitera que na sua opinião, deveria haver suspensão do efeito suspensivo, ou no máximo uma pena de repreensão escrita, limitando-se à violação do dever de zelo, por considerar que a violação do dever de correção não se aplica, à situação em concreto. -----

-----Referiu que é contra a aplicação da suspensão porque vai prejudicar as funcionárias e considera uma pena excessiva, uma vez que existem outras “entidades” no processo que podem ser passíveis de responsabilidades e não foram ouvidas.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que as funcionárias sabem que numa situação desta natureza devem chamar o 112 ou contactar os pais/encarregados de educação. Informou que a instituição possui cacifos, fora das salas, para as funcionárias guardarem os seus pertences. Certamente se a funcionária os tivesse usado, esta situação teria sido evitada. -----

-----Frisou que apenso ao relatório final está um relatório médico, cujas conclusões, não deixam margem para dúvidas. As funcionárias foram negligentes, não prestaram socorro à criança, partiram do pressuposto que não tinha ingerido nenhuma substância, não contactaram, um superior, o encarregado de educação, ou o 112, quando eram visíveis na roupa (babete) da criança vestígios dos comprimidos, deixados inadvertidamente pela funcionária dentro da sala, contrariamente às regras da instituição. -----



-----Relativamente à questão da abertura da porta, informou que as funcionárias da instituição têm ordens para nunca abandonarem a sala quando tem crianças à sua guarda. Quem abre a porta será sempre uma funcionária que naquele momento não tenha crianças na sala, e, à hora da ocorrência havia funcionárias nessa situação. A funcionária Francelina abriu a porta por vontade própria, não o deveria ter feito, uma vez que tinha crianças na sua sala.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o que está em causa são duas situações distintas: -----

-----Uma é a responsabilidade da creche perante esta família e, como algo correu menos bem, têm de corrigir. -----

-----Outra é uma violação do regulamento interno, porque havia uma criança com 24 meses naquela sala. -----

-----Referiu que estão em presença de dois graus de responsabilidade e uma pessoa foi alvo de um processo disciplinar, quando não teve qualquer responsabilidade direta no sucedido, tendo inclusive sugerido que fosse adotado o procedimento correto, esta funcionária não cometeu qualquer infração. -----

-----Propõe que não tome qualquer decisão enquanto não se apurar graus de responsabilidade diferentes.-----

-----O Senhor Vereador **José Luís Cabral** disse que na sua opinião a funcionária Salete tem responsabilidades no processo, dado que, constata os factos, sugere que façam os procedimentos, mas não os faz, nem informou nenhum responsável.-----

-----Perante tudo o que foi exposto a sua posição é que seja aplicada pena de suspensão às funcionárias.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** perante os argumentos apresentados e nos termos do relatório final, apresentado pela instrutura

do processo, propõe uma pena de suspensão de 30 dias para a funcionária Francelina Pereira Gomes Simões e de 20 dias para a funcionária Salete Ferreira Mimoso, considerando como atenuante o facto de ter proposto que fosse contactado ajuda para socorrer a criança. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores, Manuel António de Almeida Portugal e Victor Martins Santos, aplicar:** -----

-----**Nos termos da alínea d), do art.º 17.º, da Lei n.º 58/2008, de 9/9, pena de suspensão de 30 dias à funcionária Francelina Pereira Gomes Simões, pela violação dos deveres de zelo e correção;** -----

-----**Nos termos da alínea d) do art.º 17.º, da Lei n.º 58/2008, de 9/9, pena de suspensão de 20 dias à funcionária Salete Ferreira Mimoso, pela violação dos deveres de zelo e correção.**-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto contra a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, porque vai além daquilo que é proposto pela instrutora, à revelia de tudo o que se disse, penalizando uma funcionária que de acordo com as audições do PD, tem um grau de responsabilidade completamente distinto de outra, que, pese embora, o seu comportamento possa ser classificado como negligente, também fica demonstrado que não foram averiguadas outras responsabilidades dentro da Creche e da Câmara Municipal, nomeadamente do Senhor Vice-Presidente, que poderiam ter conduzido a outras conclusões e consequentes responsabilidades”.-----

-----O Senhor Vereador **Manuel Portugal** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Este processo, no meu entender, não foi bem conduzido, uma vez que nem todos visados foram ouvidos e pelo facto de um direito

consignado no Processo Disciplinar, não ter sido considerado como atenuante, o facto de serem funcionárias exemplares e primárias”. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que louva a atitude do Senhor Vereador Victor Santos e a sua coerência na tomada de decisões, age com dois pesos e duas medidas, uma vez que para outras situações tomou sempre posições extremas, exigindo penas máximas. Entende que as politiquices não devem fazer parte de assuntos tão graves como é o caso em apreço e é isso que o Senhor Vereador Victor Santos sempre fez e está a fazer.-----

-----Relativamente ao facto de os Senhores Vereadores considerarem que ele, enquanto responsável pelo Pelouro da Educação, deveria ter sido ouvido no processo disciplinar, esclarece que não foi solicitado o seu depoimento quer pela instrutora, quer pelo advogado das funcionárias, certamente por considerarem que não era relevante. Contudo, frisou que, sempre esteve disponível para prestar todos os esclarecimentos que considerassem necessários.-----

### -----**3. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**3.1. ASSUNTO: RATIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E AS IPSS'S DO CONCELHO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E TRANSPORTE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 12/11/2013, referente ao assunto em epígrafe, cujas cópias se anexam a esta ata, considerando-os integralmente reproduzidos e que ficam arquivados em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, ratificar as assinaturas dos protocolos**

**celebrados entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e as IPSS's, relativamente ao fornecimento de refeições e transporte escolar. -----**

**-----3.2. ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AUXÍLIOS ECONÓMICOS -----**

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 3665, datada de 11/11/2013, cujas cópias se anexam a esta ata, considerando-os integralmente reproduzidos e que ficam arquivados em pasta respeitante a esta reunião, dando conhecimento de que foi solicitado por diversos munícipes apoio para comparticipação de livros para o ano letivo de 2013/2014. Informam que se mantem em vigor as condições de aplicação das medidas de ação social escolar. -----

-----Mais informam que os encarregados de educação fizeram prova do seu posicionamento nos escalões de atribuição de abono de família. -----

-----Nestes termos, propõem o deferimento dos processos indicados na tabela anexa à informação técnica, nos respetivos escalões. -----

**-----Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, deferir os pedidos de comparticipação de livros escolares, para o ano de 2013/2014, dos alunos constantes da listagem anexa à presente informação.-----**

**-----3.3. ASSUNTO: PASSE ESCOLAR - ALUNO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA GUARDA -----**

-----Foi presente informação técnica, do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 3771, datada de 19/11/2013, dando conhecimento de que foi solicitado transporte escolar, para o ano letivo de 2013/2014, para o trajeto Celorico da Beira – Guarda, por não existir a oferta formativa pretendida pelo aluno, no Agrupamento de Celorico da Beira. -----

-----Mais informam que o pedido se enquadra na legislação em vigor, propondo que o transporte escolar do aluno seja assegurado pelo Município, com uma estimativa de custo mensal de 111,83€. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, deferir o pedido de transporte, para o trajeto Celorico da Beira – Guarda.** -----

-----**3.4. ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO 2013/2014** -----

-----Foi presente informação técnica, do Gabinete de Ação Social, datada de 22/11/2013, dando conhecimento de que foi solicitado renovação de bolsa de estudo pelos alunos: Andreia Filipa Martins Rebelo, Davide Emanuel Sebastião Alves, Pedro Miguel da Costa Júlio, Carla da Cruz Rodrigues, Gabriela Santos Reis e Susana Catarina Cardoso Caetano. -----

-----Após a análise dos processos e segundo o Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo, o Gabinete de Ação Social conclui que deve proceder-se à continuidade da atribuição de bolsa de estudo aos alunos, com exceção da aluna Susana Catarina Cardoso Caetano, por se encontrar inscrita no 1.º ano (tal como o ano passado), mas também está inscrita em algumas disciplinas do 2.º, podendo assim transitar para o 3.º ano se obtiver aproveitamento nas unidades curriculares inscritas. Informam que segundo a alínea a), do artigo 17.º, do Regulamento a cessação definitiva da bolsa terá lugar sempre que “ o candidato não prove ter tido aprovação, com passagem de ano”. -----

-----Face ao exposto e de acordo com o art.15.º do citado Regulamento cabe ao Júri a decisão sobre a atribuição da bolsa. -----

-----**Face ao exposto, o Senhor Presidente, enquanto membro do Júri, propôs que fosse atribuída a bolsa à aluna Susana Catarina**

Cardoso Caetano, tendo a Câmara deferido a proposta, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, dando continuidade à atribuição das bolsas de estudo, para o ano letivo de 2013/2014, dos alunos constantes da presente informação.-----

-----4. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO -----

-----ASSUNTO: CONSERVAÇÃO DE UM TELHADO E LIMPEZA DAS PAREDES EXTERIORES - OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO -----

-----Requerente: Carlos Alberto Neves Isabel -----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 3666, de 11/11/2013, submetendo assunto em epígrafe à aprovação de Câmara. -----

-----Sobre o assunto e após emissão de parecer por parte da Chefe de Divisão de Obras Municipais e Particulares, recaiu sobre o mesmo, despacho do Senhor Presidente da Câmara nos seguintes termos: “Deferido nos termos do parecer técnico da Chefe de Divisão”. -----

-----Nesta sequência e nos termos da lei apresenta-se, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----5. SECÇÃO ADMINISTRATIVA DE TAXAS E LICENÇAS -----

-----ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FEIRAS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA -----

-----Foi presente informação da Secção Administrativa de Taxas e Licenças, com registo interno n.º 82, de 12/11/2013, remetendo para aprovação o Plano Anual das Feiras do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Plano Anual das Feiras do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----**6. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO**-----

-----**ASSUNTO: AGRADECIMENTO**-----

-----Foi presente ofício da Liga Portuguesa Contra o Cancro, com registo de entrada n.º 9806, de 6/11/2013, a agradecer a colaboração do Senhor Presidente da Câmara, dos funcionários e de todos os cidadãos de Celorico da Beira, no peditório efetuado neste Concelho. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**7. STAL**-----

-----**ASSUNTO: PARECER SOBRE O ORÇAMENTO DA REPÚBLICA** --

-----Foi presente *email*, do STAL, com registo de entrada n.º 9955, de 11/11/2013, dando conhecimento que enviaram para a Assembleia da República parecer sobre o orçamento do estado.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----